

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

O PROCESSO DE TRADUÇÃO CONTÁBIL COMO PRÁTICA INFLUENCIADA PELO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS INICIAIS

Vitor Adalberto Ferreira (Universidade Estadual do Centro Oeste) - vitor_adalberto@hotmail.com
Contador e Gestor Financeiro, graduado em Contabilidade pela Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro, MBA em Gestão Financeira pela Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR e graduando de Administração.

Raquel Dorigan de Matos (Universidade Estadual do Centro Oeste) - raqueldorigan@uol.com.br
Doutora em Administração pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Professora Adjunta na Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.

Contextualização

As discussões teóricas iniciais originam-se pela inquietação destes autores, quanto a capacidade da linguagem contábil oficial representar a realidade operacional das organizações produtivas. Pretendemos expor a visão tradicional de autores da área em contrapartida da possível influência dos discursos durante o processo de construção da contabilidade como prática social.

As demonstrações contábeis/financeiras oficiais representam a organização em forma de números, por meio de determinado corte temporal de uma empresa, com informações úteis para a tomada de decisão dos interessados (SCHMIDT; SANTOS; FERNANDES, 2005; MARION, 2009) tais demonstrativos fazem parte da paisagem institucional, definindo-a, representando-a e influenciando nas decisões dos agentes interessados.

A natureza e utilização das demonstrações financeiras no meio acadêmico e empresarial é um assunto comum àqueles que atuam nas instituições. Iudicibus (2004, p. 25) expõe que: “o objetivo básico da Contabilidade, [...] pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para vários usuários, de forma que proporcionem decisões racionais.” De forma hegemônica, sua funcionalidade é a informação e tal premissa é aceita pela maioria dos agentes que a utilizam.

Problematizamos a capacidade do aparato contábil de registrar com fidedignidade a realidade apreendida pelos indivíduos e arquivado pelas inúmeras formas de linguagens – documentos contábeis, notas fiscais, boletins de caixa, extratos, balanços patrimoniais, demonstrações de resultado – quanto a sua capacidade de representação termo a termo, em um sistema em que o real vivido é representado pelo real do sistema, binários do software que as registra.

O paradigma interpretativista se faz presente neste ensaio, consistindo em assumir que a realidade não está dada, e que depende da interpretação do sujeito para construção de sentidos para aquilo que dela apreende (DENZIN; LINCOLN, 2006). Onde as ações humanas são feitas com intenções e seu sentido relaciona-se com a o sistema de significados que interpelam os atores no seu contexto. Ação do intérprete condiciona-se a história e tradições vivenciadas, logo a compreensão passa pelos prejulgamentos e tendências do indivíduo que interpreta. Neste sentido não há como colocar uma interpretação definitivamente correta (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Assim, o processo contábil como burocrático/mecânico parece, em certa medida, negligenciar as interferências de poder que impactam o indivíduo encarregado desta área, levando-o talvez, a produzir informações que vão de encontro às expectativas do usuário, esvaziando o sentido da realidade por ele apreendida, elaborando pela técnica contábil uma representação vazia do que acessa e tem conhecimento sobre. Os sentidos são construídos por meio da ideologia e da história, formando um conjunto entre a memória e atualidade, resultando nos sentidos mais relevantes para a situação (ORLANDI, 2015).

As reflexões que seguem são orientadas pelo seguinte questionamento: o processo de registro contábil como sinal representativo do objeto – organizações – consegue representar com fidedignidade a realidade apreendida pelos praticantes responsáveis pela alimentação do processo?

Paradigma Contábil

O formato atual da Contabilidade remete ao período da Renascença, influenciada principalmente pela publicação do frei Luca Pacioli - *Summa de arithmetica, geométrica,*

proportioni et proportionalitá - na Itália no século XIV, que dentre conceitos matemáticos e econômicos, expressava a contabilidade baseada nas partidas dobradas, na qual para cada crédito ou créditos, existem débito e/ou débitos correspondentes (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

A contabilidade passou por grande período de estabilidade, desde o século XV até a Revolução Industrial, o que provocou mudanças a partir das novas dinâmicas dos registros necessários e a necessidade de estabelecimento de novos conceitos (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Com a evolução dos tipos de negócios e o posterior aumento da complexidade dos mesmos no decorrer do tempo, percebeu-se a necessidade de que os responsáveis pelos registros financeiros fossem profissionalizados e de alguma forma certificados, como a regulamentação iniciada nos Estados Unidos, com as estradas de ferro em 1887 (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). As regulamentações culminaram em exigência de certificações, criação de conselhos de classe e adoção de padrões e normas, daí surgem muitas das bases de como a elaboração de demonstrações contábeis e financeiras acontece contemporaneamente.

Na atualidade as demonstrações contábeis oficiais propõem a representação da instituição, de forma a apresentar a sua posição patrimonial em determinado tempo, bem como os resultados e retornos obtidos, apontar as origens e aplicações de recursos, demonstrar o movimento financeiro e o fluxo de caixa, apontar a composição e mutações no patrimônio, apontar o seu retorno os participantes (IUDÍCIBUS, 2004; MARION, 2005; MATARAZZO, 2010; ASSAF NETO, 2012). Analisando tais demonstrações conforme Assaf Neto (2012) é possível conhecer e extrair informações sobre a sua posição no passado, presente e projeção para o futuro, para posteriormente com base em Iudícibus (2004) de tomar decisões racionais a partir das mesmas.

Com base no apresentado, as demonstrações estabelecem a base de decisão racional dentro da empresa (microeconômico) e alimentam o sistema econômico para a tomada de decisão racional em níveis mais amplos (macroeconômico), os números são selecionados, agrupados e divididos, para alimentar e sustentar índices econômicos e financeiros.

Entretanto todo esse mercado está ordenado pela sua menor unidade, ou seja, o lançamento financeiro do praticante, aquilo que acontece depois disso é o refinamento dessas unidades. O praticante fica exposto na sua prática às influências dos vários enfoques contábeis, o quais segundo Hendriksen e Van Breda, (1999) são: fiscal, legal, ético, econômico, comportamental e estrutural. Enfoque estes contidos nos discursos de profissionais da área, do gestor da empresa e de órgãos normativos. E ainda em âmbito ilegal e ilegítimo fica exposto a discursos que se fundamentam em conflito de interesses, sonegações e simulações intencionais.

Os demonstrativos são produzidos para usuários específicos com aspirações distintas em torno de suas finalidades, colocando a impossibilidade de produzir uma demonstração específica para cada usuário, por isso elas são sintéticas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). A sintetização resulta em padronização e simplificação, não demonstrando a totalidade da realidade das organizações (GRANDY; MILLS, 2004), mesmo assim somos treinados para compreender as organizações baseados nessas representações imperfeitas, com base no pressuposto da veracidade instrumental e da dominação da representação (demonstração) em detrimento do próprio objeto (instituição).

Mesmo com a extensa legislação que obriga maior rigor nas S.As por exemplo, não conseguem estar ligadas à materialidade da realidade dos praticantes e representar de forma

fiel a realidade como nota-se casos de empresas obrigadas a uma série de procedimentos normativos e institucionais, mas que apresentam uma realidade desvinculada de sua representação financeira.

Discurso

Leis e normativas são produzidas, instruções são criadas, interpretações são formadas por especialistas, código de ética são redigidos, manuais do colaborador são escritos pela empresa. São inúmeros instrumentos que orientam o trabalho. Instrumentos escritos pelo ser humano e para o ser humano, com a intenção de transmitir significados, em que a linguagem tem a função de conectar o sujeito ideologicamente formado com o mundo imediato e o seu contexto mais amplo (ORLANDI, 2015), produzindo significados.

Os símbolos tem papel fundamental na assimilação do mundo, para Ricouer (1976) símbolos estão postos na assimilação de uma coisa a outras na produção de sentido e referencial, colocando-se como pretensão de expor algo acerca da realidade.

As Ciências Sociais têm seu apoio em um processo em que a linguagem atua como objeto simbólico para a produção de sentido, sentidos que se transformam no tempo, e que também são produzidos por interlocutores carregados de historicidades e ideologia de uma variedade de discursos (ORLANDI, 2015). Sendo assim as práticas das ciências sociais reforçam a pluralidade dos significados da linguagem em detrimento da univocidade (GHERARDI; STRATI, 2014).

Os especialistas da área são os primeiros a produzir sentido e interpretação, assim Orlandi (2015, p. 10) expõe que “[...] há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há os especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de ‘atribuir’ sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc.”. Assim na gestão os administradores, contadores, economistas, empresários, agentes de órgãos normativos são os primeiros a extrair os sentidos dos instrumentos que permeiam a área, resultando vários discursos.

As inúmeras maneiras de significar da linguagem dão origem aos discursos, observando a língua não como forma abstrata, mas a língua fazendo sentido no mundo, a língua como forma de produção da existência humana, tanto como ferramenta de construção e permanência como ferramenta de desconstrução e deslocamento, fundamentada em uma relação língua, discurso e ideologia, expondo como a língua produz sentido (ORLANDI, 2015).

O sujeito utiliza da linguagem para estabelecer comunicação, ferramenta que não se constitui termo a termo (ORLANDI, 2015). De forma concomitante o sujeito é afetado pela historicidade – que tem seu real afetado pelo simbólico - que também não lhe é transparente, ao produzir e absorver linguagem o sujeito não tem a dominação daquilo que afeta e daquilo que não o afeta (ORLANDI, 2015).

Os objetos simbólicos produzem sentido (textos, músicas, pinturas, formas abstratas), assim pode-se entender que a experiência simbólica exige o trabalho dos sentidos (RICOUER, 1976). Não buscando esgotar as possibilidades de interpretação, mas apontando que o sentido condiz com a ideologia e historicidade do indivíduo (ORLANDI, 2015). Sendo assim, no ambiente empresarial as demonstrações financeiras colocam-se como objeto simbólico na produção de sentido e referencial.

A produção do discurso também é dependente de como o sujeito aciona a memória, “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague

na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em no dito e mesmo no não dito (ORLANDI, 2015, p. 33). A memória discursiva é tratada dentro discurso como interdiscurso.

Relatórios contábeis oficiais: realidade representada ou simulacros organizacionais?

Aquele que se debruça sobre os relatórios contábeis e financeiros oficiais na busca de suprir suas necessidades e promover análises, parece refinar uma representação da realidade que perdeu parte de sua capacidade de refletir o real vivido (Baudrillard, 1991), quanto mais se refina mais toma distância do objeto. Quando se faz a análise quantitativa e estatística da organização com base na sua representação o resultado é objetivo, porém não se pode garantir que a organização está sob análise.

O processo de traduzir o real vivido por si só representa perdas, a linguagem contábil, assim como a maioria dos “manuais” e simplificações utilizados nas ciências sociais coloca o significado da linguagem como unívoca (ORLANDI, 2015) e a linguagem não é transparente e os indivíduos são forçados a reclamar interpretações conforme o vivido.

Se o praticante que experiencia o real dissimula aquilo que vivenciou subvertendo-se ao discurso dominante para que possivelmente não recaia sobre ele punição, o produto do processo contábil é uma representação com finalidade própria (Baudrillard, 1991). Os relatórios contábeis oficiais resultam de um processo de negociação baseado na linguagem fazendo sentido (ORLANDI, 2015), a negociação de significado entre os indivíduos e resultam em simulacros.

Simulacros são mundos criados linguisticamente, no qual a simulação brinca de ser realidade. Simulação é a linha tênue entre aquilo que é produzido como sendo verdade e a realidade. Quem simula produz aspectos similares ao real, a simulação não o imita, ela esconde que não há realidade, não se trata mais de imitação ou paródia e sim de um “real” sem origem do real (BAUDRILLARD, 1991).

O interdiscurso age como predito ou já dito, é a memória discursiva do indivíduo, aquilo que já está posto em sua memória e historicizado reclama sentidos (ORLANDI, 2015). O que o indivíduo pratica por si só, mas pelos sentidos que o interpelam. Esse conjunto de atributos parece manter um sistema de tradução do real vivido para a linguagem contábil oficial em um processo que tende ao refinamento por meio de realimentação do processo. A perda de representação do materialmente vivido produz decisões distorcidas, que produzem realidades econômicas, financeiras, empresariais e sociais distorcidas, que novamente serão objeto de apreensão da contabilidade. Assim o processo se repete, com o refinamento de representações descoladas do material.

Considerações Finais

O questionamento daquilo que é verdade resulta em uma nova visão daquilo que é aceito como única verdade e leva os gestores e pesquisadores a um novo conjunto de idéias e entendimentos. Olhar para as demonstrações com toda a sua subjetividade e as interpretações dos sujeitos ideologicamente formados pelos discursos que o sustentam (ORLANDI, 2015) pode representar um caminho de questionamentos.

Como resultado o produto – demonstração contábil/financeira – talvez seja fruto da tentativa dos agentes dos processos burocráticos de lidar com os discursos que interpelam as suas práticas (ORLANDI, 2015), em que o mesmo busca produzir um resultado em conformidade com os discursos. Atuando como eixo central, tentando lidar com a ilusão da

transparência da linguagem e a significância dos objetos simbólicos para cada participante (ORLANDI, 2015).

O praticante é quem tem contato com a materialidade da realidade do cotidiano organizacional e procura traduzir o concreto vivido para as demonstrações contábeis/financeiras. Operacionalizando a entrada dos dados do processo utilizando-se de método que afeta a forma das demonstrações (HENDRIEKEN; VAN BREDA, 1999).

Há interessados no resultado da tradução do real para as demonstrações, ressaltamos os dos seguintes *stackholders*: (a) gestor da empresa afetado por mecanismos como remuneração, contratos, concorrência, legislação societária (SCOTT, 2003; LOPES; MARTINS, 2005); (b) profissional responsável pelas demonstrações na figura do especialista que interpreta, que atribui sentidos ao discurso normativo (ORLANDI, 2015); (c) representantes órgãos normativos e fiscalizadores que zelam pelos padrões, para que haja a conformidade legal e o recolhimento de tributos dentro das normas vigentes.

Neste processo as demonstrações parecem perder sua capacidade de refletir o real, colocação esta sustentada pelos inúmeros colapsos já vistos no sistema financeiro mundial ou casos de corrupção e distorção em empresas com estrutura robusta como os vivenciados no Brasil nos últimos anos. Entende-se que isso ocorre por manutenção do ambiente negociado: (a) intenções escusas de quem realiza os registros; (b) praticantes com falta de conhecimentos apropriado do processo contábil; (d) registro seletivo influenciado pela dominação de um discurso sobre a prática; (e) acordos práticos dentro de comunidades de práticas diferentes dos acordos éticos; (f) bem como pela limitação da linguagem fixa da contabilidade.

Mesmo assim são essas demonstrações que alimentam toda cadeia de decisões administrativas, econômicas e representam a empresa para a tomada de decisões racionais, técnicas e lógicas. E como símbolo da realidade são disseminadas, tornando-se o referencial para a produção de sentido e não mais o objeto (organização), se a demonstração distorce o real todo processo que a utiliza como base é distorcido.

As demonstrações são colocadas como fonte de representação (fiel) da organização mantém-se com o discurso de sua utilidade institucionalizada e aceita de forma hegemônica. O discurso das demonstrações financeiras a sustentam como meios para justificar as próprias ações, corroborando com entendimento da estratégia com base em Clegg; Carter; Kornemberg (2004) as quais conduzem seus processos de forma a acreditar que de fato existe um mundo real em que existem problemas que precisam de estratégias para resolvê-los.

Estas demonstrações revelam-se como sinais que deveriam ser espelho do objeto (organização), e nessa representação é possível que se percam alguns aspectos da materialidade do real podendo evoluir para estágios em que já não é possível fazer o caminho de volta (BAUDRILLARD, 1991) das demonstrações para a materialidade concreta do cotidiano organizacional. Em replicações sucessivas e de abstração crescente a representação pode ser apenas um simulacro do que é real das empresas.

Referência Bibliográficas

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa, Relógio d'Água, 1991.

CLEGG, S.; CARTER, C.; KOMBERGER, M. A "máquina estratégica": fundamentos epistemológicos e desenvolvimentos em curso. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 4, p. 21-31, 2004.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Porto Alegre: Artemed, 2006.

GHERARDI, S.; STRATI, A. **Administração e aprendizagem na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GRANDY, G.; MILLS, A. J. Strategy as simulacra? A radical reflexive look at the discipline and practice of strategy. **Journal of Management Studies**, v. 41, n. 7, p. 1153-1170, nov. 2004.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDa, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NICOLINI, D. **Practice Theory, work and organization: introduction**. Oxford, 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

RICOUER, P. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1976.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Fundamentos de teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005.